



Universidade do Minho
Escola de Psicologia

Vanessa Rafaela Lopes Teixeira

**As Redes Sociais Pessoais de crianças
e jovens em acolhimento residencial
- o papel das fratrias**



Universidade do Minho
Escola de Psicologia

Vanessa Rafaela Lopes Teixeira

**As Redes Sociais Pessoais de crianças
e jovens em acolhimento residencial
- o papel das fratrias**

Dissertação de Mestrado
Mestrado Integrado em Psicologia
Área de Especialização em Psicologia da Justiça

Trabalho realizado sob a orientação da
Professora Doutora Paula Cristina Marques Martins

Outubro de 2011

Nome: Vanessa Rafaela Lopes Teixeira

Endereço Electrónico: a49005@mail.uminho.pt

Telefone: 912807218

N.º Cartão de Cidadão: 13377774

Título da Tese de Mestrado :

As Redes Sociais Pessoais de crianças e jovens em acolhimento residencial - o papel das fratrias

Orientador: Professora Doutora Paula Cristina Martins

Ano de conclusão: 2011

Designação do Mestrado:

Mestrado Integrado em Psicologia

Área de Especialização em Psicologia da Justiça

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE/TRABALHO, APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE

Universidade do Minho, _____, de _____ de 201__.

Assinatura:

Agradecimentos

Aos Lares de Infância e Juventude e Apartamentos de Autonomização que aceitaram cooperar com este estudo;

A todas as crianças e jovens a viver em instituições que comigo embarcaram e deram “ voz” a esta dissertação, pela sua coragem, disponibilidade e abertura;

Aos profissionais que comigo partilharam as suas vivências e experiências nesta temática, com disponibilidade e profissionalismo;

À Professora Paula Martins, na qualidade de professora no mestrado e orientadora da dissertação de mestrado, pelo seu encorajamento e momentos de construção proporcionados;

À minha mãe e irmã, pela essência de tudo o que para mim representam;

Às minhas colegas da área disciplinar, pelo companheirismo, troca de ideias e pelo caminhar conjunto;

Aos meus amigos pela indispensabilidade da sua presença.

Mestrado Integrado em Psicologia da Universidade do Minho

Área de Especialização de Psicologia da Justiça

As Redes Sociais Pessoais de crianças e jovens institucionalizados - o papel das fratrias

Autor: Vanessa Rafaela Lopes Teixeira

Orientadora: Professora Doutora Paula Cristina Martins

Resumo

Este estudo pretende caracterizar as redes sociais pessoais de jovens em regime de acolhimento institucional. Mais especificamente, procurar-se-á avaliar a amplitude, intensidade, significado e funções desempenhadas pelos diferentes elementos da rede social pessoal de cada jovem institucionalizado, com particular saliência para o papel desempenhado pelas fratrias – um recurso social promovido pelas medidas de colocação – na perspectiva das crianças e dos jovens.

Para tal, constitui-se um grupo de estudo de 30 crianças e jovens em acolhimento institucional com idades entre os 10 e os 24 anos e de ambos os sexos, acolhidas em duas instituições distintas.

Como instrumentos de recolha de dados, foi elaborada uma entrevista semi-estruturada e aplicados o IARSP – R (adaptado por Alarcão; Abreu e Sousa, 2003) e o Mapa de Rede Social Pessoal (versão adaptada por Alarcão e Sousa, 2007).

Os irmãos tendem a representar-se como uma fonte muito importante de apoio para as crianças/jovens em acolhimento institucional. Também, reforçam o papel facilitador que a presença dos irmãos no lar lhes oferece. As suas redes sociais pessoais tendem a ser pequenas, com um reduzido número de elementos significativos.

Palavras-chave: rede social pessoal; fratrias; crianças/ jovens institucionalizados, acolhimento residencial

Integrated Master in Psychology in Universidade do Minho

Psychology of Justice

Social networks of institucionalized children and young people- the role of siblings

Author: Vanessa Rafaela Lopes Teixeira

Master supervisor: Professora Doutora Paula Cristina Martins

Abstract

Knowing that institutional polities emphasize the importance of siblings in foster care however this practice isn't very used, this study pretend to give voice to children and institutionalized young people in relation to this topic.

This present study has a point to characterizer the social networks of young people in foster care. More specifically to search to evaluate the amplitude, intensity, meaning and functionalities done by different elements of children and young people's network, accentuated on sibling's role – a resource socially promoted by the laws of the placing – in perspective of children and young people.

For such, a study group of 30 children and young people was formed between ages of 10 and 24 years old and both sex received in two different institution.

As instruments of collected data has been done an interview semi structured and aplicated the IARSP-R (adapted for Alarcão, Abreu e Sousa, 2003) and the Network's Map (version adapted for Alarcão and Sousa, 2007).

In fact, siblings are identified as an important source of support for children and young people in foster care. Also, this children/young people see siblings as facilitators of their presence in home care. Their social networks tend to be small with a reduce number of significant people

Key-words: social network; siblings; children and young people in foster care, foster care.

Índice

Introdução	8
Parte I- enquadramento teórico	
Capítulo I	
1. Um olhar sobre as relações fraternas	9
2. Propriedades das relações fraternas	10
3. Acolhimento residencial de irmãos	11
Capítulo II	
1. Redes sociais pessoais	13
2. Características estruturais da rede social pessoal	14
3. Características funcionais	15
4. Atributos do vínculo	16
Parte II- enquadramento empírico	
Capítulo III	
1. Desenho metodológico	
1.1 Objectivos	19
1.2 Amostra	20
1.3 Instrumentos	
1.3.1 Mapa de Rede Social Pessoal	21
1.3.2 IARSP-R	22
1.3.3 Entrevista semi-estruturada	22
1.4 Procedimento	23
1.5 Tratamento e análise dos dados	24
Capítulo IV	
1. Apresentação e discussão dos resultados	
1.1 Resultados	28
1.2 Discussão dos resultados	35
Conclusão	40
Referências bibliográficas	41

Lista de Quadros

Figura 1: Mapa de Rede Social Pessoal	18
Quadro 1: Distribuição das crianças/jovens em função de variáveis sociodemográficas	20
Quadro 2: Tipos de apoios recebidos pelas crianças/jovens em função dos elementos dos diferentes quadrantes	31
Quadro 3: Reciprocidade – tipos de apoios fornecidos pelas crianças/jovens aos elementos dos diferentes quadrantes	32
Quadro 4: Grelha de categorização.....	34

Introdução

São poucos os estudos que referem a importância da qualidade das relações fraternas, embora nos anos 80, do século passado, tenham surgido estudos que se centraram na influência das relações fraternas no desenvolvimento das crianças.

Dahlberg, Moss e Pence (1999) referem que em contextos institucionais deve haver a reprodução de formas de cuidado e relação proporcionados pela família referindo, assim, que as instituições devem funcionar como lares substitutos.

Note-se, todavia, que o carácter necessário da intimidade e da proximidade relacional nas instituições não é uma temática consensual. Isto foi questionado por diferentes autores, sendo que Ziehe (1989) propôs o conceito de *intensidade das relações*. Este resume-se numa rede complexa e densa de pessoas, meios e actividades, que cria uma multiplicidade de oportunidades para as crianças, cabendo às instituições a sua promoção e a criação de condições para a sua ampliação e desenvolvimento sustentado.

Nesta linha, dada a sua relevância para a construção da auto-imagem e identidade individual, Sluzki (1996) propõe o conceito de Rede Social Pessoal (R.S.P.) como o conjunto das relações que o indivíduo percebe como significativas ou diferenciadas em distintas dimensões da sua vida, nomeadamente ao nível da família, amigos, da escola/trabalho e da comunidade.

O papel das fratrias tem vindo a ter, neste quadro, especial destaque (Leathers, 2005). No entanto, é escassa a informação sobre os aspectos que podem melhorar ou piorar as relações fraternas após o acolhimento conjunto (Linares, Li, Shrout, Brody & Pettit, 2007). Neste sentido, há poucas evidências empíricas que apoiem as razões de manter ou separar os irmãos em acolhimento (Leathers, 2005), apesar de se assistir ao incremento, nas políticas sociais, da orientação de não separação dos irmãos quando retirados do meio natural de vida.

Assim, considera-se de grande importância, o estudo das redes sociais pessoais e crianças/jovens institucionalizados, dando particular relevância às fratrias.

Para este efeito, o presente estudo organiza-se em duas partes e em quatro capítulos. A primeira parte deste trabalho - enquadramento teórico – comporta dois capítulos. No capítulo I aborda-se as relações fraternas e as suas propriedades, assim como, também, retrata o acolhimento residencial de irmãos. Já o capítulo II desenvolve-se em torno das redes sociais pessoais, onde se enfoca as suas características estruturais, funcionais e os atributos do vínculo. Numa segunda parte, o capítulo III descreve as opções e o desenho metodológico do estudo e no capítulo IV será feita uma apresentação e discussão dos resultados obtidos. Finalmente serão apresentadas as principais conclusões do estudo, bem como a bibliografia utilizada.

Capítulo I

1. Um olhar sobre as relações fraternas

O vínculo entre irmãos é fulcral para o desenvolvimento da criança.

(Kang, 2002, p. 2)

Desde há muitos anos, psicanalistas e psicólogos ilustres, como Adler, Freud e Piaget, ainda que só em linhas gerais, ressaltaram a importância do contexto fraternal no desenvolvimento individual (Fernandes, Alarcão & Raposo, 2007). Nas duas últimas décadas, o papel das relações dentro da fratria no desenvolvimento de cada um dos seus elementos tem vindo a ser reconhecido (Leathers, 2005).

Adler (1870- 1937) foi o primeiro a assinalar a constelação de irmãos como o primeiro “microcosmo” social, anterior à vida social e vida escolar, onde a criança, na relação com os irmãos, pode aprender a desenvolver as suas capacidades cooperativas e preparar-se para enfrentar os problemas da vida (Arranz Freijo, 1989). O autor deu, ainda, um grande contributo quando construiu uma teoria sobre as posições fraternas, apresentada por Stein (2006) cit in O., Fernandes, M. Alarcão & J. Raposo, 2007. Adler enfoca, assim, a posição ocupada pelo filho (único, mais velho, segundo, do meio, mais novo, gémeo, “filho fantasma”, filho adoptivo, único rapaz entre meninas, única rapariga entre meninos, só rapazes, e finalmente, só meninas) caracterizando quer a situação familiar, quer a própria criança para cada uma das posições que esta pode ocupar.

Stoneman e Brody (1993) voltaram a sua atenção para a influência das relações fraternas no desenvolvimento das crianças e concluíram que a variabilidade neste tipo de relações resulta de uma complexa interacção de factores como o género, temperamento, anos de diferença e a ordem de nascimento dos irmãos, entre outros.

Na generalidade, os estudos realizados na área das Ciências Sociais sobre fratrias têm como enfoque principal as diferenças de tratamento dentro das famílias em relação às fratrias (Tucker et al, 2003). Segundo Widmer (1999), essas desigualdades de tratamento em relação aos filhos são identificáveis em quatro campos divergentes: ao nível dos afectos – pela existência de dinâmicas relacionais e emocionais entre os pais e cada um/a dos/as filhos/as; ao nível da atribuição de bens e recursos; ao nível dos comportamentos e da concessão de privilégios – pela demonstração de maior confiança ou pela concessão de maior liberdade a um/a dos/as filhos/as; e por fim, ao nível da imposição de tarefas ou serviços – como as tarefas domésticas e os trabalhos escolares.

Por outro lado, no que respeita à classificação das relações entre irmãos, Furman e Buhrmester (1985) referem que estas podem ser: *fechadas ou distantes, harmoniosas ou conflituosas, cooperativas ou competitivas*; por isso, isto é essencial que se possa avaliar a qualidade da relação entre irmãos, no sentido de compreender a influência que uns exercem sobre os outros. Ainda nesta linha de estudo,

numa outra investigação realizada pelos mesmos autores, estes classificam as relações entre irmãos como: 1. calorosas/íntimas; 2. conflituosas; 3. marcadas pela rivalidade e, por último, 4. marcadas pelo estatuto/poder.

2. Propriedades das relações fraternas

Turnbull e Turnbull (2001) afirmam que os irmãos são fontes de apoio relevantes, como de companheirismo, de cooperação e de ajuda, ainda que esse relacionamento fraterno possa, ao mesmo tempo, caracterizar-se pelo conflito, competição e até mesmo agressão. Para além disso, o relacionamento entre os irmãos tem um papel fulcral no desenvolvimento de competências sociais da criança, na capacidade para resolver conflitos de forma construtiva e para a sua compreensão social e emocional (Herrera & Dunn, 1997).

Segundo Widmer e Weiss (2000) quando o irmão mais novo vê o irmão mais velho como bem sucedido, dando-lhe apoio, tende a apresentar menos sintomas depressivos, menos atitudes delinquentes, para além de que têm maior comprometimento com a escola. A pesquisa tem confirmado que para muitas crianças o relacionamento entre irmãos pode promover a resiliência; por exemplo, a ligação segura de uma criança com um irmão mais velho pode diminuir o impacto de situações perniciosas, como morte ou doença mental dos pais (Werner, 1990 & Sanders, 2004) funcionando, assim como um factor protector.

De acordo com Volling e Blandon (2003), a pesquisa mostra nitidamente que a qualidade da relação entre irmãos pode ter dois efeitos, ou prejudiciais ou benéficos para o desenvolvimento social e emocional das crianças, tanto na infância como na adolescência. Para além disso, a proximidade emocional e uma relação calorosa entre irmãos contribuem para o desenvolvimento pró - social da criança

Dunn et al. (1994) sugerem que uma relação positiva entre irmãos mantém-se estável até à adolescência, sendo as suas repercussões positivas (o sentimento que nutrem, a admiração e a intimidade) mais estáveis ao longo do tempo do que as negativas (agressão e hostilidade).

Nesta linha de pensamento, Frank (2000) afirma que os papéis assumidos pelos irmãos, em termos de companheirismo, suporte e aprendizagem social, variam ao longo dos anos e, por isso, quer os benefícios quer as influências sobre o relacionamento sofrem, também, mudanças. Mas, apesar da relação entre irmãos poder ser marcada por rivalidade ou conflito pode, ao mesmo tempo, ser a relação mais próxima e íntima do indivíduo na infância, na juventude e na idade adulta (Buhrmester & Furman, 1990; Volling & Blandon, 2003).

Num estudo realizado por Stormshak et al. (1996), com crianças entre os seis e os oito anos, percebeu-se que as crianças com um relacionamento mais estreito com os irmãos tinham um maior nível de controlo emocional, ao invés das crianças que reportavam maiores níveis de conflito entre

irmãos, uma vez que eram mais agressivas e socialmente menos competentes na escola.

Segundo Fernandes, Alarcão e Raposo (2007), a redução das fratrias tende a aumentar a intensidade das relações entre irmãos, bem como a sua interdependência, que é eminente em situações de crise, como ocorre, por exemplo, durante o processo de divórcio dos pais ou, mesmo, aquando da entrada de um grupo de irmãos para uma nova família. Almodovar (1986, p.3) acrescenta que face às situações de fragmentação familiar, que são cada vez mais comuns, as relações fraternas podem ser vistas como uma “ilha de estabilidade” ou, até, de “permanência familiar”.

3. Acolhimento residencial de irmãos

No seguimento da lógica deste estudo, ao falarmos em fragmentação familiar, podemos referir o acolhimento residencial de crianças e jovens e, por isso mesmo, torna-se preponderante enfatizar o acolhimento, conjunto ou não, dos irmãos, atendendo às suas especificidades e características. Mas, embora a literatura não seja clara no que respeita esta temática, sabe-se que as políticas sociais começam a dar primazia à não separação dos irmãos (Leathers, 2005). No entanto, porque não se trata de uma prática universal, torna-se relevante perceber a importância ou indiferença face à colocação conjunta ou não dos irmãos.

Begun (1995) revela que há outras explicações para além do superior interesse da criança que explicam a separação dos irmãos em contexto de acolhimento. Na maioria dos casos, os irmãos são separados de forma não deliberada, como resultado de processos complexos, da remoção das crianças em intervalos de tempo diferentes, da atribuição de diferentes assistentes sociais aos irmãos, ou mesmo da falta de recursos disponíveis para a sua colocação conjunta. Ainda, ao falarmos na separação da fratria, importa conhecer os factores que a podem potenciar, e entre eles podem estar: *a idade e sexo diferentes* (Washington, 2007), *os casos de abuso sexual entre os irmãos* (Tarren – Sweeney & Hazell, 2005) e *a rivalidade e relações conflituosas* (Leathers, 2005).

Dependendo quer da qualidade quer da intensidade da relação fraterna, as crianças podem sentir, em consequência da perda dos irmãos, tristeza, depressão, raiva, ansiedade generalizada ou insegurança nas relações (Tarren – Sweeney & Hazell, 2005). No entanto, Newman (1994) refere que o conflito entre irmãos é normal e quando se verifica a separação de irmãos “rivais”, acompanhada de visitas, esbate-se o conflito permitindo interacções mais positivas entre eles (Whelan, 2003).

Por outro lado, pouco se sabe sobre os aspectos/características das relações fraternas que podem melhorar ou piorar após o acolhimento conjunto (Linares, Li, Shrout, Brody & Pettit, 2007). De facto, as evidências empíricas que sustentam as razões para manter ou separar os irmãos em acolhimento são poucas (Leathers, 2005), apesar de se vir assistindo a um incremento, das políticas sociais de não separação das fratrias aquando do afastamento do meio natural de vida.

Também Hegar (2005) apresenta uma série de factores demográficos e situacionais que podem estar associados à probabilidade de os irmãos serem ou não colocados na mesma instituição. Entre estes pode incluir-se: a) o tamanho da fratria (fratrias maiores têm maior probabilidade de serem separadas); b) o leque etário da fratria; c) as necessidades dos irmãos; d) os pais biológicos das várias crianças: nas situações em que os irmãos não partilham os mesmos pais biológicos estes podem querer criar apenas os seus filhos biológicos e não os meios - irmãos destes; e) problemas de comportamento das crianças/jovens: um irmão com problemas de comportamento pode ser mais facilmente retirado; f) políticas e procedimentos organizacionais; g) adequação dos recursos e suportes de colocação e h) regras da instituição que dizem respeito ao número máximo de crianças colocadas.

A revisão da literatura sustenta a importância dos irmãos para as crianças em acolhimento, nomeadamente para a manutenção do sentido de continuidade da família (James et al, 2008). Shlonsky, Bellamy, Elkins & Ashare (2005) referem, também, que a presença de um irmão pode facilitar a adaptação a situações de *stress*. A presença prolongada de irmãos pode ser fundamental para a manutenção do sentido de segurança face a uma situação desconhecida

Mais do que isto, Leathers (2005) salienta que o acolhimento conjunto das fratrias facilita o processo de visitas dos progenitores o que pode, por si só, fomentar a relação com estes.

Hegar (2005) reforça a importância de se reservar vagas para fratrias numerosas, para além de preparar os técnicos que lidam diariamente com estas crianças/jovens, com vista a um trabalho especializado com crianças de sexo e idade diferentes. Neste sentido, Kosonen (1996) salienta, ainda, que se deve proceder a uma avaliação prévia das relações entre irmãos, tendo em conta as necessidades das crianças e dos jovens, a curto e a longo prazo.

Maschmeier (2001) deu o seu contributo ao desenvolver uma matriz de decisão para ajudar as instituições na tomada de decisão do acolhimento conjunto, ou não, dos irmãos. Para isso, na matriz, devem ser tidos em conta o grau, a duração, a qualidade, a intensidade das relações fraternas, os riscos associados à colocação conjunta das fratrias, os possíveis benefícios a longo prazo, a capacidade da família para atender às necessidades de todos os irmãos e, finalmente, as preferências das crianças.

Valorizando o acolhimento conjunto, Hindle (2000) refere que o trabalho realizado junto das fratrias deve ter suporte nas áreas da psiquiatria, pediatria e educação já que as relações fraternas são complexas, não só na sua rede interpessoal, mas também porque não se encaixam facilmente em categorias delimitadas (Staff & Fein, 1992).

Capítulo II

1. Redes sociais pessoais

A ideia de rede social permite-nos inscrever o ser humano não só no contexto familiar como no quadro mais alargado dos diferentes sistemas sociais (Alarcão & Sousa, 2007). Tolsdorf (1976) afirma que o conceito de rede, permite conceptualizar o comportamento humano no contexto alargado das suas relações, o que origina uma grelha de análise muito útil para descrever e compreender a sua complexidade.

Segundo Alarcão e Sousa (2007), a análise das redes sociais pessoais tem assumido importância, tanto ao nível conceptual, quanto ao nível da intervenção. De acordo com Sluzki (1996, p.38) “ o conceito de rede social foi-se desenvolvendo e refinando de forma cumulativa, embora desordenada, por uma série de autores”.

Barnes (1954) é referenciado como sendo o primeiro autor a utilizar e definir o conceito, considerando que as redes sociais seriam todas ou algumas das unidades sociais com quem um indivíduo ou grupo particular está em contacto. Mais tarde, em 1972, o autor revê esta definição, acrescentando e sublinhando o impacto da trama relacional na vida social: todo o indivíduo, numa sociedade, é visto como estando ligado a vários outros por ligações sociais de tal forma que os constrangimentos impostos por essas ligações têm implicações na (des) ordem da vida social.

Segundo Bott (1957), a rede social pessoal só se distingue do grupo quando um determinado membro da família é tomado como ponto central. Para Sluzki (2000) esta rede é a mais operacional, aquela que tem sido mais explorada, quer como instrumento de análise, quer como de intervenção, e tem a qualidade única de se centrar no indivíduo e no sistema relacional em simultâneo.

Alarcão e Sousa (2007) definem a rede social pessoal como o campo relacional total do sujeito, integrando todos aqueles que, de entre a massa anónima da sociedade, ele reconhece e qualifica como significativos. Para além de ser uma fonte de apoio funcional e emocional a rede oferece-se, também, como um importante elemento de construção de identidade pessoal.

De acordo com Sluzki (1996, p.42) “ esta rede corresponde ao nicho interpessoal da pessoa e contribui substancialmente para o seu próprio reconhecimento como indivíduo e para a sua auto - imagem. Constitui uma das chaves centrais da experiência individual da identidade, bem - estar, competência e protagonismo ou autoria, incluindo os hábitos de saúde e a capacidade de adaptação na crise”. Para além disso, segundo Guay (s/d) e Sluzki (1996), a existência de sub - núcleos, internamente conectados, ainda que pouco ligados entre si, oferecem uma configuração mais adequada à existência de um apoio social efetivo mas respeitador de áreas de intimidade e de privacidade.

A rede social, enquanto nicho interpessoal do sujeito, oferece-se como uma base fundamental, não só pelo suporte funcional que proporciona mas, também, pelo enquadramento emocional e pelo

próprio crescimento que possibilita, contribuindo assim para a capacidade adaptativa do sujeito em situações de crise, bem como para a manutenção da sua saúde física e mental (Sluzki, 1996).

Podemos ainda, distinguir a **rede primária** e a **rede secundária**. Pela primeira entende-se “ o conjunto natural de indivíduos em interação uns com os outros (...) que formam a trama da base da sociedade e o meio de interação do indivíduo” (Guédon, 1984, p. 20-21), ou, ainda, como diz Lacroix (1990: 79) “ indivíduos que tem afinidades pessoais num quadro não institucional”. Desta rede, segundo (Guédon, 1984), fazem parte a família, as relações de amizade, a vizinhança e o “ companheirismo”, quando nos referimos às relações de trabalho e lazer.

Por outro lado, as **redes secundárias** dizem respeito ao “ conjunto de pessoas reunidas por uma mesma função, num quadro institucionalizado” (Blanchet et al., 1981, citado in Lacroix, 1990, p.79), referindo-se especificamente às organizações e instituições. Paralelamente a este tipo de rede, podemos ainda salientar as **redes secundárias formais** que correspondem aos laços institucionais, com carácter mais estruturado e de existência oficial, visando o cumprimento das funções ou o fornecimento de serviços (Guédon, 1984) e as **redes secundárias informais** que se caracterizam pela inexistência de um carácter oficial e estruturado e de uma divisão rígida de papéis, tendo, assim, um papel determinante para dar resposta a uma procura ou para fornecer um determinado serviço.

Alarcão e Sousa (2007) conferem às redes características e atributos próprios: 1) características estruturais da rede, 2) características funcionais e, finalmente, 3) atributos do vínculo.

2. Características estruturais da rede social pessoal:

- Tamanho: é obtido pelo número de pessoas que a rede comporta. A rede pode ser categorizada como *pequena, média ou numerosa*. A rede pequena tende a revelar-se como a menos eficaz, face a situações de tensão ou sobrecarga, por evitamento de contacto com o indivíduo em causa, ou, ainda, por sobrecarga dos elementos mais directamente envolvidos no apoio.

- Densidade: refere-se às interconexões existentes dentro da rede, independente mente da pessoal estudada, por exemplo, os diferentes amigos da pessoa que, também, são amigos entre si. Segundo Guay (s/d) a rede pode ser *coesa, fragmentada ou dispersa*. No primeiro caso, a rede é constituída por um grupo de pessoas bastante interligadas, como pode ser o caso da família, por exemplo; todos os elementos se conhecem e os contactos são regulares. Esta rede é vigorosa a nível do apoio prestado, podendo, no entanto, revelar-se menos efectiva do ponto de vista do controlo, conformismo ou pressão. Citando Alarcão e Sousa (2007, p.357): “ um grau de interconexão máximo na rede cria uma coesão de tal forma elevada que a rede pode ser sentida como um envolvimento asfixiante para o próprio sujeito, situação que, como se compreende, perturbaria o apoio potencial da própria rede.” A rede fragmentada é formada por pequenos subgrupos interdependentes uns dos outros, quando mais centrados num ou noutra quadrante da rede. Os contactos estabelecidos entre os

elementos dos diferentes subgrupos são escassos e, normalmente, os elementos não se conhecem entre si. Por fim, na rede dispersa as pessoas que a constituem não se conhecem entre si, podendo haver sujeitos interligados. Neste tipo de rede, as relações tendem a ser pouco consistentes e duradouras.

- Composição/distribuição: este factor permite avaliar o número de elementos por cada quadrante. Refere-se, por isso, à divisão que o indivíduo em estudo faz dos seus vínculos, distribuindo-os pelos quatro quadrantes diferentes da rede: família, amigos, colegas de estudo/trabalho e vizinhos e instituições. A este nível, as redes muito focalizadas num quadrante tendem a ser menos flexíveis e eficazes, no sentido em que apresentam menos opções do que as que se alargam aos diferentes quadrantes.

- Dispersão: é analisada tendo em conta a dispersão geográfica existente entre os diferentes elementos e a pessoa focal. À partida, uma menor acessibilidade afecta a efectividade da rede, nomeadamente quando está em causa a ajuda material, a companhia e controlo social. No entanto, isto pode ser atenuado com o recurso a outras formas de comunicação, como internet, por exemplo. Neste sentido, é possível encontrar redes fisicamente dispersas mas com vínculos íntimos e multidimensionais.

- Homogeneidade ou heterogeneidade: refere-se às semelhanças ou divergências entre os membros da rede, em relação a diferentes aspectos: sexo, idade, cultura e nível sócio - económico. Por um lado, as redes homogéneas, pela sua maior similaridade, proporcionam mais suporte efectivo; por outro, as redes heterogéneas são mais favoráveis no que refere aos recursos disponíveis.

3. Características funcionais

- Companhia social: refere-se ao “ estar junto”, pela realização conjunta de actividades. Pode estar associada ao apoio emocional (ter necessidade de partilhar com o outro o seu mal-estar), apoio cognitivo (dar conselho sobre algo), ajuda material (ajudar a arrumar a casa, por exemplo) ou controlo social (relembrar à pessoa focal quais as suas responsabilidades); estas são características que, apesar de, intimamente relacionadas com a companhia social se distinguem dela.

- Apoio emocional: caracteriza-se pelos comportamentos de escuta, partilha de informação e aceitação das dificuldades e sentimentos manifestados. Pressupõe a existência de mais intimidade e proximidade nas relações, sendo predominante nos amigos e família. Caracteriza-se como uma das funções mais essencial da rede.

- Apoio cognitivo/ conselhos: traduz-se pela partilha de informação pessoal e social. Com esta função, a rede acaba por activar modelos de comportamento e oferece uma nova visão, quer a nível de pensamento, quer de acção.

- Regulação social: destaca-se como uma função importante no sentido em que acaba por reforçar um papel normativo na socialização das pessoas. Por um lado, esta função pode favorecer a resolução de conflitos e até neutralizar desvios, no caso de os elementos da rede lembrarem à pessoa focal quais as suas responsabilidades, por exemplo. Por outro, e apesar de esta facultar a socialização, pode também provocar a exclusão de certos elementos que estejam, por exemplo, em situação evidente de desvio.

- Ajuda material ou instrumental: caracteriza-se por ser um apoio específico que, uma vez disponibilizado, vai aliviar a pessoa focal na realização das suas tarefas habituais.

- Apoio técnico / serviços: refere-se pelo suporte técnico geralmente oferecido pelos elementos da rede secundária. Mais precisamente, este apoio refere-se a uma colaboração específica com base num conhecimento especializado, como é, por exemplo, os serviços de saúde.

- Acesso a novos contactos: esta função proporciona uma aproximação a outras pessoas ou redes, que até ao momento, não integravam a rede do indivíduo.

4. Atributos do vínculo

- Multidimensionalidade: refere-se não só à variedade como, também à quantidade de funções que o mesmo vínculo pode assumir. Ou seja, a mesma pessoa pode, ao mesmo tempo, oferecer apoio emocional e proporcionar o acesso a novas pessoas (acesso a novos contactos). Simultaneamente, é possível que um mesmo elemento assuma exclusivamente um tipo de função.

- Reciprocidade: relaciona-se com a simetria ou assimetria das funções assumidas pelos diferentes elementos compreendidos na interacção. A habilidade para retribuir apoio é assumida como um elemento primordial para a aceitação do próprio apoio social. Neste sentido, é possível encontrar indivíduos, com determinado tipo de fragilidade/vulnerabilidade (com limitações físicas, por exemplo) que têm dificuldade em aceitar o apoio que lhe está a ser prestado por outros; isto porque, para além da ajuda recebida os confrontar com as suas limitações, também os confronta com a impossibilidade de retribuir apoio.

- Frequência dos contactos: refere-se à periodicidade com que o indivíduo focal contacta com os elementos da rede. Neste ponto pode distinguir-se o contacto diário, ou muito frequente, até a um contacto mensal ou anual. Apesar da distância física não comprometer a eficácia do apoio dado pela rede, pode, no entanto, dificultar a intimidade e a intensidade dos contactos.

Após a recolha de toda a informação descrita anteriormente, pode proceder-se à construção de um *mapa de rede*. Citando Alarcão e Sousa, (2007, p.363) “ este não mais é do que um *gestalt* do

conjunto de pessoas que o sujeito considera significativas (organizadas em diferentes quadrantes em função do tipo de vínculo predominante que com elas tem) bem como das suas ligações”. Neste sentido, é necessário pedir que o sujeito refira quais as pessoas e instituições/ técnicos que são significativos na sua vida, independentemente de ter com elas uma relação positiva ou negativa/conflituosa. Posto isto, é pedido que o sujeito inclua essas pessoas em quadrantes distintos e que diferencie o grau de intimidade que tem com elas. Por último é solicitado que a pessoa focal nos informe sobre quais os elementos da sua rede que se conhecem entre si, independentemente de si próprio. Os quadrantes são distribuídos pela família, amigos, colegas de estudo/ trabalho e as relações comunitárias (divididas em vizinhos e sistemas sociais). No mapa abaixo (Figura 1), o círculo interior corresponde às relações íntimas, ou seja, os elementos da rede com que a pessoa focal tem uma relação de maior proximidade e intimidade, ainda que possa ser uma relação conflituosa. No círculo intermédio entram os elementos com quem existe um menor grau de compromisso, comparativamente com os do círculo anterior. Por fim, o círculo exterior teve ter lugar para conhecidos ou para pessoas fruto de um relacionamento ocasional.

A construção de um mapa de rede fornece uma série de informações que nos permite aceder claramente não só aos significativos para o sujeito em causa como, também, perceber qual o seu grau de envolvimento e proximidade com esses mesmos elementos. Por outro lado, possibilita que a pessoa focal reveja o seu quadro de relações bem como estabeleça uma metacomunicação consigo própria.

A limitação centrada no *mapa de rede* passa pela pouca informação de algumas características, mais precisamente, a homogeneidade e heterogeneidade e à dispersão da rede.

Neste sentido, e tendo em conta Bronfenbrenner (1979/1996), a transição de uma criança do ambiente familiar para um espaço institucional, como transição ecológica provoca, inevitavelmente inúmeras mudanças nas suas vias e mesmo nas suas redes sociais e pessoais.

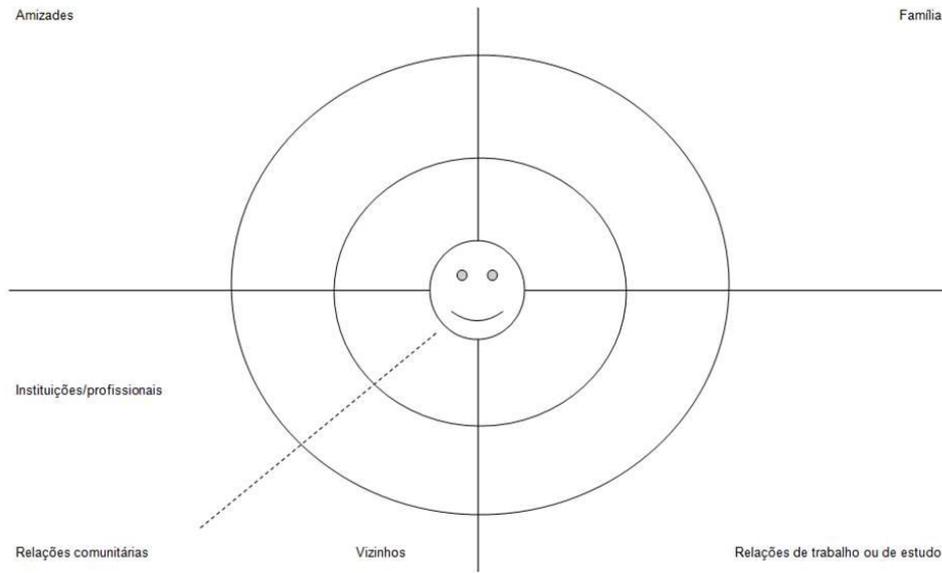


Figura 1. Mapa de Rede Social Pessoal

(Fonte: Alarcão e Sousa, 2007)

Capítulo III

Introdução

O capítulo III desenvolve a investigação sobre as Redes Sociais Pessoais de crianças e jovens em regime de acolhimento em Lares de Infância e Juventude e Apartamentos de Autonomização. Inicialmente, descrevem-se os objectivos que presidem a estudo empírico e, em seguida, expõem-se as questões de investigação, a amostra, os instrumentos, o procedimento e, finalmente, o tratamento e a análise de dados.

Este estudo utiliza uma abordagem metodológica mista, qualitativa e quantitativa, que reflete as características do nosso objecto de estudo, requerendo diferentes métodos de recolha e análise da informação.

1. Desenho metodológico

1.1 Objectivos

Esta investigação pretende caracterizar as redes sociais pessoais (R.S.P.) de crianças e jovens em regime de acolhimento institucional. Operacionalizando o objectivo geral deste estudo, foi definido o seguinte objectivo específico:

- Avaliar a amplitude, intensidade, significado e funções desempenhadas pelos diferentes elementos da rede social pessoal de cada criança e jovem acolhido, com particular saliência para o papel desempenhado pelas fratrias – na perspectiva das crianças e jovens;
- Identificar o tamanho das R.S.P. destas crianças e jovens tendo em conta a visão da pessoa focal;
- Caracterizar as suas R.S.P. ao nível da densidade;
- Caracterizar as R.S.P. em termos de composição/ distribuição atendendo à visão das próprias crianças e jovens;
- Caracterizar a dispersão das R.S.P.;
- Analisar a homogeneidade/heterogeneidade em relação às pessoas que compõe a R.P.S. destas crianças e jovens;
- Descrever as características funcionais (companhia social, regulação social, acesso a novos contactos e apoio emocional, cognitivo/ aconselhamento, material ou instrumental, financeiro e técnico) oferecidas pelos diferentes elementos que integram a R.S.P. de cada criança/ jovem analisado;

- Caracterizar os atributos do vínculo, nomeadamente a multidimensionalidade, reciprocidade e frequência dos contactos.

Pretendemos, ainda, explorar as narrativas das crianças/jovens sobre as suas relações fraternas, focando o período de pré institucionalização e o de institucionalização propriamente dito. No sentido de responder a este objectivo são definidos objectivos específicos:

- Caracterizar o papel desempenhado pela presença/ausência dos irmãos na vivência das crianças/jovens no lar;

- Compreender o papel que os irmãos ocupam na vida destas crianças/jovens;

1.2 Amostra

A selecção dos participantes desta investigação teve em consideração a faixa etária dos 10 aos 24 anos, em Lares de Infância e Juventude e Apartamentos de Autonomização.

Quadro 1: Distribuição das crianças/jovens em função de variáveis sociodemográficas

Parâmetros de caracterização	N	
Sexo		
Feminino	24	30
Masculino	6	
Idade		
10 anos	2	
11 anos	4	
12 anos	3	
13 anos	4	
14 anos	5	
15 anos	7	30
16 anos	1	
17 anos	2	
21 anos	1	
24 anos	1	
Número de irmãos		
1	6	
2	5	
3	6	
4	4	
5	3	30
7	4	
9	1	
11	1	
Número de crianças com irmãos		
Em acolhimento institucional	17	
Noutro contexto	13	30
Total de crianças com irmãos	30	

A amostra é constituída por 30 crianças/jovens de ambos os sexos, sendo que 17 têm irmãos a residir na mesma instituição e 13 com irmãos em a viver num outro contexto (ou noutra instituição, ou na família biológica ou em família adotiva). A média de idade das crianças/jovens situa-se nos 14, 07 anos (DP= 3,005), sendo que 24 são do sexo feminino e 6 do sexo masculino (Quadro 1).

Das 30 crianças/jovens em estudo, 20% (n=6) frequenta o 2º ciclo, 43,3% (n=13) está no 3º ciclo, 30% (n=9) encontra-se no ensino secundário e 6,7% (n=2) estão no ensino superior.

Por uma questão de ética será omitida a identificação das instituições e dos sujeitos entrevistados.

1.3 Instrumentos

Os instrumentos utilizados ao longo desta investigação serão, agora, apresentados, tendo em consideração os seus objetivos. Para além do Mapa de Rede Social Pessoal e do Inventário de Análise das Redes Sociais Pessoais - Revisto (IARSP - Revisto), foi construída uma entrevista semi-estruturada que permitiu recolher informação adicional sobre a perspetiva e significado das fratrias para as crianças/jovens em estudo.

1.3.1 Mapa de Rede Social Pessoal

A elaboração do mapa pressupõe a sinalização de todas as pessoas que se destacam para um determinado indivíduo, independentemente de com essa pessoa ter uma relação positiva ou negativa. O reconhecimento dessas pessoas será distribuído por quatro quadrantes (Família, Amizades, Relações de Trabalho ou de Estudo e Relações Comunitárias) e por cinco sectores (para isso pede-se à pessoa focal que atribua um valor de 1 a 9 à pessoa em causa, sendo que o valor 1 representa uma proximidade total e o valor 9 uma menor proximidade). É, ainda, pedido ao sujeito que mencione quais as pessoas referidas que se conhecem entre si. Um cuidado especial é que um vínculo seja apenas inscrito num quadrante, ou seja em situações em que a mesma pessoa pode ser encaixada em dois quadrantes, a pessoa focal deve decidir em que quadrante irá inclui-la. O Mapa, apresenta em cada quadrante 3 áreas que representam uma progressão inversa do grau de proximidade e/ou intimidade partilhada pelo sujeito; o círculo interior diz respeito às ligações mais íntimas, sendo que nele devem ser referenciadas todos os elementos com quem a pessoa focal tem uma grande proximidade. No intermédio, ficam os elementos com quem existe uma menor relação de proximidade, sendo que o círculo exterior fica reservado para os conhecidos e as relações ocasionais.

O seu objectivo é permitir uma visão imediata da R.S.P. de cada indivíduo, dando a conhecer o seu tamanho, composição e densidade.

1.3.2 IARSP-R (Instrumento de Análise da Rede Social Pessoal - Revisto)

O IARSP-R (Cf, anexo 1) ao ser um instrumento de auto-resposta, constituído por 8 questões, visa a identificação da rede social de uma pessoa a partir de um conjunto de questões que permitem caracterizá-la em função das suas propriedades globais e das funções e propriedades específicas dos vínculos identificados. As 8 questões estão repartidas por 3 partes diferenciadas. Na primeira parte, são dadas instruções sobre o seu preenchimento, é solicitada, também, informação referente ao entrevistado (nome, idade, escolaridade, profissão, e zona de residência). Na segunda parte pede-se ao sujeito que identifique as pessoas que sejam mais significativas na sua vida. Após esta identificação os elementos devem ser inscritos nos quatro quadrantes; no caso de ser família, pede-se que seja especificado o grau de parentesco. Nesta parte, o sujeito será ainda confrontado com questões que visam a caracterização dessas pessoas significativas; essas questões passam pela idade, profissão, frequência dos contactos e residência (distância aproximada existente entre o local onde reside cada uma das pessoas identificadas e a sua própria residência). Posto isto, é pedido que o sujeito identifique que tipo de apoios, e em que grau (1- se não lhe dá nenhum apoio, 2- se lhe dá algum apoio mas não o suficiente, 3- se lhe dá apoio suficiente), é que cada pessoa significativa lhe oferece: apoio emocional, financeiro, material ou instrumental, técnico ou de serviços, cognitivo ou de aconselhamento, acesso a novos contactos, companhia social e regulação social. Por outro lado, o entrevistado deve, também, referir os apoios, e em que grau retribui a cada uma das pessoas mencionadas (1- não lhes costuma dar apoio, 2- se lhes dá algum apoio, 3- se lhes dá muito apoio). Finalmente, na última parte, o sujeito deve indicar os elementos da rede que se conhecem entre si, independentemente de si próprio.

Assim, o seu objectivo prende-se com o conhecimento da estrutura da rede social assim como as características específicas das relações que mantém com outras pessoas que são importantes para si.

1.3.3 Entrevista semi-estruturada

No sentido de recolher informação sobre as relações fraternas das crianças, construímos uma entrevista semi-estruturada (Cf, anexo 2) com questões como: “*Quantos irmãos tens? Qual a idade dos teus irmãos? Qual a tua posição na fratria?*”; “*São todos filhos do mesmo pai e mesma mãe?*”; “*Como descreves cada um dos teus irmãos?*”; “*como se dão entre si? Como te dás com cada um deles?*”; “*Em alguma altura viveste com todos os teus irmãos?*”; “*No lar tens ou tiveste irmãos contigo?*”; “*A tua permanência no lar é facilitada ou dificultada pela presença/ausência dos teus irmãos?*”; “*Costumas estar com os teus irmãos?*”; “*Sabes o motivo de os teus irmãos estarem noutra lar, com a família biológica, ou adoptados?*”; “*A tua relação com os teus irmãos alterou-se depois de teres vindo para o lar?*”; “*Gostavas de ter os teus irmãos contigo ou de estar com os teus irmãos?*”; “*Qual a tua maior preocupação com os teus irmãos?*” e finalmente “*Os teus irmãos são uma fonte de apoio para ti ou não tem um papel significativo na tua vida?*”.

As cinco primeiras questões têm como finalidade caracterizar as crianças em estudo, dando-nos uma apreciação geral a nível sociodemográfico. A sexta questão e sétima questão pretendem enquadrar as dinâmicas fraternas no contexto de vida da criança. A oitava e nona questão, visam a obtenção mais alargada de informação, por um lado, tentando perceber se as crianças sabem o motivo de os irmãos se encontrarem noutra contexto e, por outro lado, saber se têm e valorizam o contacto com os irmãos. A décima questão foi elaborada no sentido de se perceber se houve algum tipo de alteração nas relações fraternas provocada pelo acolhimento institucional. A décima primeira e décima segunda pergunta pretendem aceder à visão das crianças, por um lado prendendo-se com a sua eventual vontade de estar com os irmãos e a sua maior preocupação com eles. Por fim, a última questão pretende perceber a importância dos irmãos na vida das crianças.

Ainda em relação às questões elaboradas convém salientar que as questões “*costumas estar com os teus irmãos?*”; “*sabes o motivo de os teus irmãos estarem noutra lar, com a família biológica, ou adoptados?*”; “*a tua relação com os teus irmãos alterou-se depois de teres vindo para o lar?*”; “*gostavas de ter os teus irmãos contigo ou de estar com os teus irmãos?*” foram apenas dirigidas às crianças/jovens que não tem os irmãos no mesmo lar de acolhimento.

Neste processo, tentamos garantir determinados procedimentos éticos, nomeadamente: o consentimento informado, o direito à privacidade e a protecção do dano. O primeiro traduz-se por uma autorização expressa dada pelo participante ao estudo, de forma gravada, depois de meticulosamente informado sobre os objectivos da mesma. No sentido de assegurar o direito à privacidade e salvaguardar a identidade de todos os participantes, as entrevistas foram realizadas numa sala que garantia o sigilo das informações dadas e foram dados nomes fictícios a cada um dos indivíduos. Finalmente, a protecção do dano significa que nenhum participante deve sofrer danos físicos, emocionais ou quaisquer outros. Assim, face a qualquer sinal de desconforto do participante, optámos por não efectuar determinadas questões ou reforçar a não obrigatoriedade da resposta.

1.4 Procedimento

Previamente à recolha de dados, foi solicitada autorização para investigação aos dois Lares de Infância e Juventude e a um Apartamento de Autonomização da região Norte. Para tal, foi efectuado um pedido formal de autorização para este estudo. Foram, assim, contactados pessoalmente os directores das instituições, com o intuito de serem informados sobre os propósitos e procedimentos da investigação, sendo garantidos o anonimato e a confidencialidade dos dados recolhidos.

Após a autorização das instituições em causa, foi feita uma selecção da amostra definida de acordo com critérios de inclusão, a saber:

- Crianças com mais de dez anos;

- Crianças com irmãos.

Com consentimento dos diretores das instituições, a investigadora contactou individualmente com os participantes numa sala. O estudo foi, em linhas gerais, apresentado, designadamente os seus objectivos, os procedimentos necessários à participação na investigação (preenchimento do Mapa de Rede Social Pessoal, do IARSP – R e a realização de uma entrevista semi-estruturada). Assegurado o esclarecimento dos sujeitos contactados, eram questionados quanto à sua disponibilidade para participarem na investigação.

Neste processo, tentámos garantir determinados procedimentos éticos, nomeadamente: o consentimento informado, o direito à privacidade e a protecção do dano. O primeiro traduz-se por uma autorização expressa dada pelo participante ao estudo, de forma gravada, depois de meticulosamente informado sobre os objectivos da mesma. No sentido de assegurar o direito à privacidade e salvaguardar a identidade de todos os participantes, as entrevistas foram realizadas numa sala que garantia o sigilo das informações dadas e foram dados nomes fictícios a cada um dos indivíduos. Finalmente, a protecção do dano significa que nenhum participante deve sofrer danos físicos, emocionais ou quaisquer outros. Assim, face a qualquer sinal de desconforto do participante, optámos por não efectuar determinadas questões ou reforçar a não obrigatoriedade da resposta.

As entrevistas foram gravadas em áudio e posteriormente procedemos à transcrição integral das mesmas.

1.5 Tratamento e análise dos dados

Os dados do IARSP-R foram analisados estatisticamente através do programa estatístico *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), versão 19.

As diferentes variáveis foram trabalhadas consoante as suas especificidades. As variáveis: tamanho, composição/distribuição e multidimensionalidade foram codificadas como intervalares uma vez que estas representam uma forma quantitativa de registar um fenómeno. A densidade homogeneidade/heterogeneidade são nominais pois são meramente classificativas permitindo, assim, descrever as variáveis ou designar os sujeitos sem recurso à quantificação. Por fim, a dispersão, reciprocidade, frequência dos contactos, companhia social, regulação social, acesso a novos contactos e apoio emocional, cognitivo/ de aconselhamento, instrumental, financeiro e técnico são variáveis ordinais porque os indivíduos ou as observações se distribuem segundo uma ordem, permitindo estabelecer diferenciações entre eles. Assim, os dados quantitativos representam informação resultante de características susceptíveis de serem medidas.

As entrevistas foram analisadas qualitativamente, sendo que a técnica de tratamento de dados utilizada foi a análise de conteúdo. A análise de dados prendeu-se em 3 momentos distintos.

Primeiramente foi feita a pré - análise, seguida da exploração do material e, por fim, o tratamento dos dados. Na primeira fase, após ter sido feita uma organização de todo o material, nomeadamente a junção das entrevistas transcritas, foi feita uma leitura “flutuante” sobre o material alvo de estudo. No segundo momento, foram realizados 3 processos: a) a escolha das categorias de contagem, b) a selecção das regras de contagem e, por último, c) a definição das categorias. As unidades de registo foram criadas em linha e a partir destas criadas as categorias, em colunas.

A análise de conteúdo categorial exige que todas as unidades de registo sejam codificadas numa dada categoria – exaustividade - e que cada unidade de registo só possa estar contida apenas numa categoria – exclusividade (Vala, 1986). Por outro lado, na unidade de registo foi tida a unidade de sentido, sendo que foram excluídas da análise discursos irrelevantes para o estudo, como informações relativas ao contexto, conversa introdutória, produções não orientadas para a pergunta em causa, de que são exemplo: “ ainda no outro dia, elas (outras meninas do lar) queriam atirar-me com um prato de sopa, para me sujarem”. Quanto à unidade de enumeração foi feita a contagem de ocorrências, ou seja, a contagem do número de unidades de registo relacionadas com cada categoria. A análise foi feita de acordo com as características que Bardin (1977) define para as categorias: 1- exclusão mútua (cada unidade de registo só é incluída numa categoria), 2- homogeneidade (cada categoria tem apenas uma dimensão em análise), 3-pertinência (as categorias dizem respeito às intenções do investigador), 4- produtividade (as categorias são produzidas se os resultados permitirem a inferência de novas hipóteses).

O processamento da informação foi feito sem recurso a programas informáticos de tratamento ou categorização da informação.

Tendo presentes estes critérios, foram definidas diferentes categorias e indicadores para as 6 questões da entrevista submetidas a este procedimento de análise.

Relativamente à **caracterização dos irmãos**, as respostas dos inquiridos distribuem-se por duas categorias:

- Caracterização positiva: incluem-se aqui todas as produções dos sujeitos que remetem para um juízo favorável relativamente aos irmãos. Esta avaliação pode incidir sobre *aspectos emocionais* (“ele é meu amigo”; “é um querido”); sobre o seu *comportamento* (“ é calminho”; ” é responsável”); a nível de *personalidade* (“ é simpático”; ” é obediente”); sobre o *apoio instrumental* (“ dá-me coisas”; ” ajuda-me em tudo o que eu preciso”); e, finalmente, sobre *características físicas* (“ é bonita”) e sobre a *regulação social* (“ é exigente com as minhas notas”).

- Caracterização negativa: nesta categoria inserem-se todas as opiniões negativas em relação aos irmãos. Esta apreciação pode recair sobre o seu *comportamento* (“ é traquina”; “ tem comportamentos desajustados”) e em características de *personalidade* (“é teimoso”; “ é muito resmungão”).

Quando nos debruçamos sobre a questão “ **a tua permanência no lar é dificultada/facilitada pela ausência/presença dos teus irmãos?**”, as respostas obtidas dividem-se em 5 categorias:

- Presença do irmão como facilitador: incluem-se aqui todas as produções dos sujeitos com irmãos no lar que atribuem um papel facilitador ao irmão. Este papel pode recair sobre o *sentimento de permanência familiar* (“ assim não tenho tantas saudades da minha família”; ” ajuda-me a lembrar a minha família”), as *dinâmicas emocionais* (“ eles dão-me muito apoio”; “ tenho alguém que me entende e conhece bem”) e, ainda, a nível de *apoio instrumental* prestado (“ ela ajuda-me em tudo o que eu preciso”; “ ela ensina-me as coisas que eu não sei”).

- Ausência do irmão como facilitador: criada a partir das produções de crianças/jovens que não têm irmãos no lar e consideram que, sem irmãos, a sua permanência no lar é facilitada. Este papel incide ao nível do *comportamento* (“ não tenho que ficar contra ninguém por ter de o defender”).

- Presença do irmão como dificultador: obtida através do discurso dos inquiridos com irmãos no mesmo lar que reforçam a presença do irmão como dificultando a sua permanência no lar. Este papel incide sobre o *comportamento* (“ ele porta-se mal e eu depois tenho que o defender”;às vezes tenho que ficar contra os outros por causa dele”).

- Ausência do irmão como dificultador: obtida através das produções de crianças/jovens que não têm os irmãos no lar e consideram que a sua permanência no lar é dificultada pela ausência dos irmãos). Este papel dificultador resulta da *ausência de sentido familiar* (“ não podemos dar conselhos de irmãos”; “não tenho ninguém da família que me dê apoio”).

- Conformismo/indiferença: resultado de produções “ já estou habituado”; ” não tenho relação com eles”.

No que respeita a questão “ **a tua relação com os teus irmãos alterou-se depois e teres vindo para o lar?**” as respostas dadas distribuem-se por 2 categorias:

- Relação com alteração: incluem-se aqui todas as produções do sujeito que remetem para alterações no relacionamento com os seus irmãos. Esta alteração tem que ver com a *perda de proximidade* (“ agora já não temos confiança”; “ deixei de ter contacto com eles”) e com o *aprofundamento dos laços* (“ percebemos que afinal gostávamos muito um do outro ”; “ eles ficaram mais compreensivos”).

- Relação sem alteração: obtida a partir de discursos como “ a nossa relação é a mesma”.

Em relação à questão “**gostavas de ter os teus irmãos contigo ou de estar com os teus irmãos**”, as respostas obtidas recaem sobre 2 categorias:

- Desejo de estar com os irmãos: aqui são expressos todas as produções dos inquiridos que revelam o desejo de estar com os seus irmãos. Este desejo recai sobre o *apoio emocional* (“ eles faziam-me companhia”; “ tenho um carinho especial por eles”) e o *bem-estar* (“ sentia-me melhor”; “ ficava mais feliz”);

- Indiferença: surgiu a partir de produções como “ para mim é indiferente”; “já estou habituada”.

No que respeita as **preocupações com os irmãos**, as respostas dos sujeitos distribuem-se em 2 categorias:

- Com preocupação: integram-se aqui todas as produções dos sujeitos que referiam algum tipo de preocupação aos irmãos. Esta preocupação pode recair sobre a *projecção no futuro* (“ que se dê bem na vida”; “ que tenha um bom futuro”), *receio de dano* (“ que seja violada”; “ que alguém os magoe”), *receio de separação* (“ de um dia me separar dele”; “ deixar de os ver”), e *maus resultados escolares* (“ que tenha más notas”).

- Sem preocupação: obtida através de discursos como “ não tenho preocupações”; “ eles já são grandes”.

Em relação à última questão “ **Os teus irmãos para ti são uma fonte e apoio ou não têm um papel significativo na tua vida?**” as respostas dadas dividem-se em 2 categorias:

- Irmãos como fonte de apoio: aqui incluem-se todas as produções que traduzem uma opinião favorável em relação ao papel dos irmãos. Este papel pode incidir sobre o *sentimento de pertença familiar* (“ são meus irmãos”; “ nascemos da mesma barriga”), o *apoio material* (“quando preciso de alguma coisa eles dão-me”), *regulação social* (“dizem para eu me portar bem”; “ corrigem-me para eu ser uma pessoa melhor”), e finalmente, o *apoio emocional* (“ são compreensivos comigo”; “ apoiam-me muito”).

- Irmãos com papel pouco significativo: aqui foram compreendidos todos os discursos em que os irmãos não se revelam uma fonte de apoio. Este papel pode dizer respeito à *ausência de vínculo* (“ nunca vivi com eles”; “ para mim é como se não fossem irmãos”) e, também, ao *comportamento desadequado* (“ele não se sabe comportar”).

Capítulo IV

1. Apresentação e discussão dos resultados

Neste capítulo são apresentados os resultados da investigação realizada sobre as Redes Sociais Pessoais das crianças e jovens institucionalizadas – atribuindo um enfoque principal ao papel desempenhado pelas fratrias.

Inicialmente descrevem-se os dados relativos à análise estatística e por fim, os dados resultantes da análise qualitativa.

Após a apresentação dos resultados, o presente capítulo termina com a discussão dos resultados obtidos. As questões em estudo serão debatidas à luz da literatura sobre as Redes Sociais Pessoais e o papel das relações fraternas.

1.1 Resultados

Os dados que se seguem reportam-se ao período de recolha de dados que decorreu de Junho a Julho de 2010 com crianças colocadas em Lares de Infância e Juventude e jovens num Apartamento de Autonomização na região norte do país.

Tempo de permanência em acolhimento institucional

O tempo médio apurado de permanência em contexto institucional foi de 74,87 meses (DP = 43,95) com o tempo de permanência mínimo de 4 meses ($n = 1$) e máximo de 180 meses ($n = 1$). De forma aproximada, os sujeitos que constituem a amostra oscilam entre 4 meses e 15 anos de acolhimento residencial, sendo o valor médio de duração do acolhimento institucional próximo dos 6 anos.

Dimensão das fratrias

Por outro lado, o número médio de irmãos que as crianças referem no mapa de rede social pessoal é de 1,67 (DP = 2,35) sendo que no máximo referem 7 irmãos ($n = 3$).

Características estruturais das redes sociais pessoais das crianças e jovens acolhidos:

Tamanho: num total de 139 pessoas significativas, o mínimo de pessoas referenciadas é de 1 e o máximo é de 11 pessoas; ($\bar{x} = 4,63$; DP= 2,67). Ao analisarmos o tamanho da rede por quadrante verificamos: no quadrante *família* ($n=87$), o número mínimo de pessoas identificadas é de 1 e o máximo é 9 ($\bar{x} = 3,63$; DP= 2,46). Na categoria *amigos* ($n= 11$) observamos um mínimo de 1 e um

máximo de 3 pessoas ($\bar{x} = 1,42$; DP= 0,67). Em relação aos *colegas* (n= 19), o número mínimo é de 1 e o número máximo de 4 ($\bar{x} = 2,20$; DP= 1,30). Finalmente, na *instituição* (n=22), o número mínimo é de 1 pessoa e o máximo de 7 pessoas ($\bar{x} = 4,00$; DP= 2,45).

Como se pode verificar é na família que as crianças/jovens acolhidos identificam mais pessoas significativas, seguido pela instituição, pelo grupo de colegas e, finalmente, pelos amigos. Observa-se, todavia, uma variação considerável nos diferentes quadrantes, com particular acuidade para a família e a instituição. Note-se, ainda, o valor mínimo de 1, identificado em todos os quadrantes.

Importa aqui referir que, na verdade, o quadrante da *instituição* se encontra sub-representado. Como foi descrito oportunamente, cada contacto deve ser inscrito num quadrante apenas; pese embora haja situações em que a mesma pessoa possa ser inserida em mais do que um quadrante, a pessoa focal deve decidir em que quadrante incluí-la. Neste estudo, alguns dos elementos do grupo dos *amigos* são crianças/jovens que residem no mesmo lar que a pessoa focal.

Densidade: das 30 crianças/ jovens em estudo 5 (16,7%) apresentam uma rede fragmentada, 3 (10%) têm uma rede coesa e 22 (73,3%) dispõem de uma rede dispersa; Mo=1. Assim, as redes tendem a ser dispersas, ou seja, as várias pessoas que as integram não se conhecem entre si, embora possa haver alguns sujeitos interligados.

Composição: quando se considera o número de quadrantes com elementos, concluímos que das 30 crianças/jovens o número de quadrantes referenciados varia entre 3 e 1 ($\bar{x} = 1,57$; DP= 0,78). A este nível 18 crianças/jovens indicam apenas um quadrante, 7 falam em dois quadrantes e apenas 5 crianças identificam 3 quadrantes. O quadrante mais identificado é o da *família* e o menos reconhecido é o dos *colegas*.

Dispersão: ao analisarmos a distância entre os membros da rede, percebemos que das 139 pessoas identificadas como significativas pela totalidade dos inquiridos, 24,5 % (n=34) se encontram na mesma casa que a criança, 1,4% (n=2) moram na mesma rua ou bairro, 48,9% (n=68) moram na mesma terra, 12,9% (n=18) residem até 50 km e, finalmente, 12,2% (n=17) moram a mais de 50 km; M= 3, I.I.Q.= 2. Numa análise desta variável por quadrante encontramos que: na categoria *família* composta por 87 pessoas, 14,9% (n=13) moram na mesma casa, 50,6% (n=44) moram na mesma terra, 17,2% (n=15) residem até 50 km e 17,2% (n=15) moram a mais de 50 km. Por outro lado, quando nos debruçamos sobre os *amigos* (n=19), concluímos que 42,1% (n=8) habitam na mesma casa, 10,5% (n=2) moram na mesma rua, 31,6% (n=6) vivem na mesma terra, 5,3% (n=1) vive a mais de 50 km e 10,5% (n=2) moram a mais de 50 km. Em relação aos *colegas* (n=11), moram na mesma terra 90,9% (n=10) das pessoas e 9,1% (n=1) mora até 50 km. Das 22 pessoas da *instituição*, 59,1% (n=13) moram na mesma casa, 36,4% (n=8) habitam na mesma terra e 4,5% (n=1) mora até 50 km.

Dos resultados obtidos pode-se conferir que estas crianças/jovens apresentam, na sua maioria, redes dispersas, referindo no máximo três quadrantes, com um enfoque especial para a família, com

particular saliência para aproximadamente 50% das pessoas significativas a residirem na mesma terra que estes. Importa referir, também, que dos amigos referenciados como pessoas significativas, os 42,2% que moram na mesma casa, são crianças/jovens que estão acolhidos no mesmo lar.

Homogeneidade/heterogeneidade: em relação a esta característica pudemos analisar, por um lado, o sexo e, por outro, a idade da rede.

Da análise concluiu-se que, das 139 pessoas significativas, 43, 2% (n=60) são do sexo masculino e 56,8% (n=79) são do sexo feminino; Mo = 1 (sexo feminino). Ao observar esta variável por quadrante encontramos que: na família (n=87), 51,7% (n=60) são do sexo masculino e 48,3% (n=42) são do sexo feminino; Mo=0 (sexo masculino). Dos 19 amigos, 26,3% (n=5) são do sexo masculino e 73,7% (n=14) são do sexo feminino; Mo=1 (sexo feminino). Da categoria *colegas* (n=11), 9,1% (N=1) são rapazes e 90,9% (n=10) são meninas; Mo = 1 (sexo feminino). Finalmente, das 22 pessoas da instituição 40,9% (n=9) são do sexo masculino e 50,1% (n=13) são do sexo feminino; Mo=1 (sexo feminino).

Como é possível observar, as redes destas crianças/jovens são constituídas maioritariamente por pessoas do sexo feminino, com exceção para a categoria *família* onde são identificadas mais pessoas do sexo masculino.

Por outro lado, a média de idades das 139 pessoas significativas oscila entre 76 e 6 ($\bar{x} = 26,14$; DP= 16,40). Numa análise mais pormenorizada à idade por quadrante encontramos: no grupo da família (n=87), a idade máxima é de 76 e a mínima de 6 anos ($\bar{x} = 30,02$; DP= 16,40); nos 19 amigos a idade varia entre 22 e 10 anos ($\bar{x} = 14,95$; DP= 3,29); nos colegas (n= 11) a idade máxima é de 17 e a mínima de 10 anos ($\bar{x} = 14,76$; DP= 2,24); finalmente, das 22 pessoas que compõe a instituição as idades oscilam entre 57 e 8 anos ($\bar{x} = 26,18$; DP= 14,09).

Considerando que a idade média das crianças/jovens que constituem a amostra deste estudo é de 14,07 anos, verifica-se que, sendo relativamente jovem, a média de idades das suas redes é de 26,14 anos que é, contudo, superior à sua, o que pode ser explicado pelo predomínio de pessoas significativas no quadrante da família.

Características funcionais

Da observação do quadro 2, conseguimos constatar que, no que respeita apoio emocional, os amigos são o grupo que mais o asseguram (84,2%) sendo as pessoas da instituição as que menos apoio dão (31,8%). No apoio financeiro, a família ocupa o lugar de maior destaque, sendo que 24,1% das pessoas da família oferece ajuda económica à criança, enquanto os colegas (100%) não dão qualquer apoio a este nível. No apoio instrumental 90,9% dos colegas oferece este tipo de apoio, ao invés da família, em que 72,4% dos elementos identificados não oferece apoio; 18,2% das pessoas da

instituição são vistas como prestadoras de apoio técnico contra 100% dos colegas que não o oferecem. Ao nível de aconselhamento, 100% dos colegas disponibiliza este apoio e 27,3% das pessoas da instituição não o faz. No acesso a novos contactos, 63,3% dos colegas são veículos de novos contactos, enquanto 65,5% dos familiares não o fazem. No que respeita a companhia, 100% dos colegas desempenham esta função enquanto 22,7% das pessoas da instituição não o fazem. Finalmente, 100% dos colegas dão apoio a nível da regulação social, enquanto 21,8% da família não o faz (Quadro 2).

Quadro 2: Tipos de apoios recebidos pelas crianças/jovens em função dos diferentes quadrantes

	Rede (n=139)			Família (n=87)			Amigos (n=19)			Colegas (n=11)			Instituição (n=22)		
	N.	A.	S.	N.	A.	S.	N.	A.	S.	N.	A.	S.	N.	A.	S.
Apoio emocional	5,8%	27,3%	66,9%	1,1%	36,8%	62,1%		15,8%	84,2%		27,3%	72,7%	31,8%		68,2%
Apoio financeiro	64,7%	18%	17,3%	48,3%	27,6%	24,1%	89,5%		10,5%	100%			90,9%	4,5%	4,5%
Apoio instrumental	55,4%	15,1%	29,5%	72,4%	14,9%	12,6%	26,3%	36,8%	36,8%	9,1%		90,9%	40,9%		59,1%
Apoio técnico	89,9%	6,5%	3,6%	93,1%	6,9%		89,5%	5,3%	5,3%	100%			72,7%	9,1%	18,2%
Aconselhamento	20,1%	15,8%	64%	24,1%	17,2%	58,6%	5,3%	26,3%	68,4%			100%	27,3%	9,1%	63,6%
Acesso a novos contactos	51,8%	23,7%	24,5%	65,5%	20,7%	13,8%	36,8%	31,6%	31,6%	18,2%	18,2%	63,6%	27,3%	31,8%	40,9%
Companhia social	17,3%	19,4%	63,3%	21,8%	26,4%	51,7%		5,3%	94,7%			100%	22,7%	13,6%	63,6%
Regulação social	24,5%	11,5%	63,3%	21,8%	26,4%	51,7%		5,3%	94,7%			100%	22,7%	13,6%	63,6%

Nota: N. (Nenhum), A. (Algum, mas não o suficiente), S (Suficiente)

Da observação deste quadro é possível perceber que o apoio emocional é o mais assegurado pela rede destas crianças/jovens, com particular destaque para os amigos, uma vez que são o grupo que mais o disponibilizam. Por outro lado, o apoio técnico assume-se como sendo o menos prestado pela rede, sendo que a instituição é o quadrante que mais o proporciona.

Atributos do vínculo

Reciprocidade:

No que respeita o apoio emocional, os amigos são o grupo que mais recebe este tipo de apoio do inquirido (89,5%) e as pessoas da instituição são as que menos o recebem (36,4%). No apoio financeiro, os amigos ocupam o lugar de maior destaque, uma vez que as crianças/jovens inquiridos

fornece este apoio a 10,5% dos amigos, enquanto aos colegas e à instituição não fornecem este apoio (100%). As crianças/jovens disponibilizam apoio instrumental a 90,9% dos colegas, ao invés da família (67,8%) que não recebe este apoio dos inquiridos. Por outro lado, 1,1% das pessoas da família recebem apoio técnico das crianças/jovens em estudo, contra 100% dos colegas que não o recebem este apoio.

Ao nível de aconselhamento, 100% dos colegas dispõem deste apoio por parte das crianças/jovens e 50% das pessoas da instituição não o recebem. Ainda, 63,6% dos colegas têm acesso a novos contactos através dos inquiridos, enquanto 64,4% dos familiares não o têm. No que respeita à companhia, os colegas dispõem dela a 100% enquanto 27,3% das pessoas da instituição não recebem companhia por parte dos inquiridos. Finalmente, 68,4% dos amigos recebem apoio a nível da regulação social pelas crianças/jovens, enquanto 95,5% das pessoas da instituição não o recebem (Quadro 3).

Quadro 3: Reciprocidade – tipos de apoios fornecidos pelas crianças/jovens aos elementos dos diferentes quadrantes.

	Rede (n=139)			Família (n=87)			Amigos (n=19)			Colegas (n=11)			Instituição (n=22)		
	N.	A.	M.	N.	A.	M.	N.	A.	M.	N.	A.	M.	N.	A.	M.
Apoio emocional	7,9%	30,2%	61,9%	3,4%	37,9%	58,6%		10,5%	89,5%		36,4%	63,6%	36,4%	13,6%	50%
Apoio financeiro	94,2%	4,3%	1,4%	94,2%	5,8%		84,2%	5,3%	10,5%	100%			100%		
Apoio instrumental	52,5%	23%	24,5%	67,8%	27,6%	4,6%	26,3%	36,8%	36,8%		9,1%	90,9%	40,9%		59,1%
Apoio técnico	93,5%	5,8%	0,7%	93,1%	5,7%	1,1%	89,5%	10,5%		100%			95,5%	4,5%	
Aconselhamento	33,8%	28,8%	37,4%	40,2%	32,2%	27,6%	5,3%	21,1%	73,7%			100%	50%	36,4%	13,6%
Acesso a novos contactos	52,5%	26,6%	20,9%	64,4%	25,3%	10,3%	31,6%	36,8%	31,6%	9,1%	27,3%	63,6%	45,5%	22,7%	31,8%
Companhia social	19,4%	28,1%	52,5%	24,1%	40,2%	35,6%		10,5%	89,5%			100%	27,3%	9,1%	63,6%
Regulação social	46%	25,2%	28,8%	39,1%	37,9%	23%	26,3%	5,3%	68,4%	36,4%		63,6%	95,5%	4,5%	

Nota: N. (Nenhum), A. (Algum, mas não o suficiente), M (Muito apoio)

Da leitura do quadro é possível constatar que o apoio que os inquiridos mais disponibilizam à sua rede é o apoio emocional, sendo que os amigos são o grupo que mais o recebe. Por outro lado, o apoio menos oferecido pelas crianças/jovens à sua rede é o apoio técnico, pese embora, a família seja o grupo que mais este apoio recebe.

Multidimensionalidade: das 139 pessoas significativas, o número máximo de tipos de apoio que a rede assegura é de 8 e o mínimo é 0 (\bar{x} = 4,83; DP= 1,91). Analisando esta variável por quadrante

concluimos que as 87 pessoas da família, asseguram no máximo 8 e no mínimo 1 tipo de apoio (\bar{x} = 4,64; DP= 1,83). Nos amigos (n=19) os apoios fornecidos situam-se entre 2 e 8 (\bar{x} = 5,42; DP= 1,22); por outro lado, os colegas (n=11) asseguram 6 apoios no máximo e 4 no mínimo (\bar{x} = 5,45; DP= 0,69). Finalmente, no que respeita a instituição (n=22) esta fornece no máximo 8 apoios e no mínimo 0 (\bar{x} = 4,73; DP= 2,83).

Assim, o número máximo de tipos de apoios assegurado pela rede é de 8, em que é possível destacar a família, os amigos e os colegas e, por outro lado, destaca-se o número mínimo de apoios assegurados que é 0, o que significa que as crianças/jovens identificam pessoas na sua rede social pessoal que não lhes oferece qualquer tipo de apoio.

Frequência dos contactos:

Das 139 pessoas significativas, 37,4% (n=52) estão diariamente com as crianças /jovens, 5,8% (n=8) estão algumas vezes por semana, 32,4% (n=45) estão semanalmente, 10,1% (n=14) uma ou mais vezes por mês e 14,4% (n=20) estão algumas vezes por ano (M=3; Intervalo Interquartilico=2). Numa análise mais pormenorizada, regista-se que, das pessoas da família (n=87), 14,9% (n=13) estão com eles diariamente, 4,6% (n=4) encontram-se algumas vezes por semana, 42,5% (n=37) estão semanalmente, 14,9% (n=13) encontram-se uma ou mais vezes por mês, e finalmente 23% (n=20) estão algumas vezes por ano (M=3; Intervalo Interquartilico=1). Em relação ao grupo dos amigos (n=19), 68,4% (n=13) estão diariamente com eles, 5,3% (n=1) estão algumas vezes por semana, 21,1% (n=4) estão semanalmente e 5,3% (n=1) uma ou mais vezes por mês (M=1; Intervalo Interquartilico=2). Já no quadrante dos colegas (n=11), 90,9% (n=10) estão diariamente e 9,1 (n=1) está uma ou mais vezes por semana (M=1; Intervalo Interquartilico=1). Finalmente em relação à instituição (n=22), 72,7% (n=16) estão diariamente com eles, 9,1% (n=2) encontram-se uma ou mais vezes por semana e 18,2% (n=4) estão juntos semanalmente (M=1; Intervalo Interquartilico=1).

Deste resultado é possível compreender que os contactos predominantes entre os inquiridos e a sua rede são os contactos diários, com destaque para o grupo dos amigos e colegas pois é com estes que estas crianças/jovens têm contactos mais assíduos.

Análise de conteúdo

O quadro 4 pretende sumariar os resultados obtidos, através da análise de conteúdo, das narrativas das crianças e jovens em regime de acolhimento, sobre o papel desempenhado pelos irmãos.

Quadro 4: Grelha de categorização

Categoria	Indicador	Frequência
Caracterização positiva	Características emocionais	33
	Comportamento	13
	Personalidade	10
	Apoio instrumental	7
	Características físicas	1
	Regulação social	1
Caracterização negativa	Comportamento	8
	Personalidade	8
Presença dos irmãos como papel facilitador	Sentimento de permanência familiar	11
	Dinâmicas emocionais	8
	Apoio instrumental	5
Ausência dos irmãos como papel facilitador	Comportamento	1
Presença dos irmãos como papel dificultador	Comportamento	2
Ausência dos irmãos como papel dificultador	Ausência do sentido familiar	12
Conformismo		3
Relação com alteração	Perda de proximidade	5
	Aprofundamento dos laços	2
Relação sem alteração		8
Desejo de estar com os irmãos	Apoio emocional	11
	Bem-estar	2
Indiferença		2
Com preocupação	Projeção do futuro	2
	Receio de dano	10
	Receio de separação	4
	Maus resultados escolares	1
Sem preocupação		4
Irmãos como fonte de apoio	Sentimento de pertença familiar	23
	Apoio material	8
	Regulação social	5
	Apoio emocional	17
Irmãos com papel pouco significativo	Ausência de vínculo	1
	Comportamento desadequado	2

A partir da entrevista, realizada às 30 crianças/jovens em regime residencial, foi possível confirmar que estas tendem a referir um relacionamento positivo com os irmãos, sendo pouco significativo o número de crianças/jovens que refere um relacionamento negativo/conflituoso com estes. A análise da mesma foi, também, possível verificar que 17 crianças/jovens nunca viveram com todos os seus irmãos e 13 já viveram, em alguma altura, com todos os irmãos. Ainda, destas 30 crianças/jovens, 8 nunca tiveram irmãos no mesmo lar e 22 já tiveram algum irmão no lar. Mais, dos 13 sujeitos sem irmãos na mesma instituição, 4 referem estarem semanalmente com os irmãos, 7 estão raramente com eles e 2 estão algumas vezes com os irmãos “ quando há festas ou nas férias grandes”. Em relação ao facto de os seus irmãos estarem a viver noutra contexto, 5 dizem que não sabem o motivo pelo qual os irmãos se encontram noutra contexto (família biológica ou família adoptiva), 4 afirmam que os irmãos estão noutra ambiente porque o outro lado da família (crianças de pais e mães diferentes) tinham dinheiro e condições para os sustentar, uma sabe que os irmãos foram adoptados, assim como, também, uma sabe que deixou de ver os irmãos porque a mãe fugiu com eles e, finalmente, 2 casos em que os irmãos das crianças/jovens já tinham as suas vidas organizadas (já estavam casados ou a viver em união de facto) no momento em que entraram para a instituição.

Da análise de conteúdo podemos verificar que as crianças/jovens tendem a caracterizar positivamente os irmãos, reforçando as características emocionais que os mesmos lhes proporcionam. Por outro lado, é reduzido o número de inquiridos que faz um juízo negativo em relação aos irmãos. É de salientar que os sujeitos com irmãos no lar referem mais facilmente a presença destes como facilitadora da sua permanência no lar, assim como os que não têm irmãos no lar tendem a entender a ausência destes como dificultando a sua estadia no lar. Apenas um número pouco expressivo de crianças/jovens refere que a presença dos irmãos no lar tem um papel dificultador ou que a ausência dos irmãos acaba por facilitar a sua permanência no lar. Em relação à eventual possibilidade de alteração da relação entre os irmãos, após o acolhimento das crianças, verificou-se que o número de relações que sofreram uma alteração é aproximadamente igual ao número de relações que permaneceram iguais. Por outro lado, é notório o desejo das crianças/jovens terem os irmãos consigo/estarem com os irmãos, assim como também é evidente que estas crianças reportam grande preocupação com os irmãos. Finalmente, os inquiridos tendem a considerar os irmãos como uma grande fonte de apoio, referindo expressamente o sentimento de pertença familiar, assim como o apoio emocional que estes lhes oferecem. Em contra partida, um número mínimo de crianças refere que os irmãos não desempenham um papel significativo nas suas vidas, muito pelo comportamento inadequado destas.

1.2 Discussão dos resultados

A apresentação dos resultados visa responder aos objectivos específicos definidos, com o propósito de aprofundar o conhecimento acerca das redes sociais pessoais das crianças e jovens institucionalizados, dando particular relevância ao papel desempenhado pelas fratrias.

Segundo O'Connor et al (2000), 6 meses de institucionalização é o ponto de corte a partir do qual a qualidade do desenvolvimento tende a ser comprometido. Neste estudo, os resultados revelam a existência de um contingente expressivo de crianças acolhidas por um tempo que extrapolou em muito o que os autores recomendam.

Para as crianças, a primeira rede de apoio social é a família (Ptacek, 1996). De facto este foi um resultado visível neste estudo, uma vez que o grupo da família aparece em maior percentagem ($\bar{x} = 3,63$; DP= 2,46). Este resultado pode ter a ver com a expressão, pelas crianças/jovens, de sentimentos positivos relacionados com a família, em especial com a mãe, reflectindo uma super valorização e idealização da família (Rizzini & Rizzini, 2004).

A entrada em meio institucional proporciona um leque de relações novas, fazendo da instituição o seu principal ambiente (Yunes, Miranda & Cuello, 2004). Neste estudo o quadrante da instituição é o segundo mais representativo (n=22), não descartando o facto de este grupo se apresentar sub-representado. Sabe-se que mesmo que a entrada na instituição esteja associada a conflitos e sofrimento, as instituições podem proporcionar um espaço seguro e protector, acolhendo e orientando as crianças/jovens num momento em que possivelmente não houve mais ninguém a quem recorrer. (Arpini, 2003).

Alarcão e Sousa (2007) consideram que as redes podem ser pequenas (0 a 5 membros), médias (6 a 11 membros) e grandes (mais de 11 membros). Atendendo a estas referências, pode considerar-se que as redes destas crianças/jovens são pequenas, uma vez que o número médio de pessoas referenciado na rede é 5 elementos.

As redes destas crianças/jovens tendem a ser dispersas (73,3%), isto é, as várias pessoas que integram as redes não se conhecem entre si, embora possa haver alguns sujeitos interligados, nomeadamente a nível familiar. Alarcão e Sousa (2007) referem que neste tipo de rede, as relações são pouco consistentes e duradouras, o que a torna pouco efectiva.

A nível da composição as redes em causa tendem a incluir 2 quadrantes. Isto, segundo Alarcão e Sousa (2006) torna a rede menos eficaz e flexível, uma vez que gera menos opções ao nível de recursos comparativamente com redes mais alargadas. Um dado curioso centra-se no facto de nenhuma criança/jovem referir pessoas significativas a nível da vizinhança. A vizinhança pode assumir-se como mais um ambiente, onde a pessoa focal pode desenvolver actividades ou interagir com outras pessoas. A ausência de pessoas neste quadrante indica uma frágil interacção com a comunidade na vida destas crianças. Este resultado é corroborado com o estudo realizado por Silva (2004), que constatou que apenas 6,6% das crianças/jovens em regime de acolhimento dispunham de

recursos da comunidade. A falta de interacção com pessoas de outros microssistemas pode reforçar os aspectos macrossistémicos relacionados com a institucionalização, que estigmatizam as crianças (Arpini, 2003).

No que respeita a dispersão, os resultados apontam que aproximadamente 50% das pessoas significativas indicadas moram na mesma terra, sendo que a família é o grupo que apresenta uma maior percentagem (17,2%) de pessoas a viver a mais de 50 km da criança/jovem. Este resultado sugere que a maior distância entre as crianças/jovens e a família pode dificultar a acessibilidade aos vínculos e ao apoio por eles oferecido (Alarcão & Sousa, 2007).

Em relação ao grau de homogeneidade/heterogeneidade verifica-se a predominância de elementos do sexo feminino da rede destas crianças. Por outro lado, a média de idades da rede, sendo de 26 anos, revela-se bastante superior à média de idades dos inquiridos (14 anos). Ainda assim, Alarcão e Sousa (2007), referem que esta característica estrutural se revela mais útil apenas em redes caracterizadas por uma forte homogeneidade (como é exemplo as redes marcadas pela importância da raça, da migração, da doença física ou mental, do envelhecimento, da toxicodependência, de crenças religiosas ou outras e da não aceitação das regras).

No que respeita a multidimensionalidade é de salientar que o número mínimo de apoios assegurados pela *instituição* é 0. Quer isto dizer que são identificadas pessoas significativas da instituição, pese embora estas não disponibilizem qualquer tipo de apoio à criança/jovem acolhido. A própria relação com os técnicos da instituição desempenha um papel central na vida das crianças acolhidas (Bazon & Biasoli, 2000). Este resultado pode ir de encontro à ideia de Zeanah et al (2003) que referem que crianças que estão aos cuidados de uma instituição por vários anos, provavelmente são poucos os adultos com quem poderão construir uma relação afectiva e duradoura, muitas vezes associada à rotatividade das técnicas e das práticas de cuidado colectivo marcadas pela impessoalidade.

Quanto à frequência dos contactos, os resultados mostram que 37% das pessoas significativas estão diariamente com estas crianças/jovens, sendo que é com os colegas que estes estabelecem um contacto mais assíduo. Brito e Koller (1999) refere que o grupo de pares desempenha um papel de fonte de apoio, relacionado com a manutenção do bem-estar ao longo do desenvolvimento das pessoas. Acrescentam, ainda, que as relações afectivas com os mesmos são fortuitas, uma vez que se oferecem como um conjunto de recursos pessoais e sociais que diluem os efeitos negativos de situações adversas.

Nos apoios assegurados pela rede, é possível perceber que o apoio emocional é o mais fornecido (66,9%) sendo que são os amigos quem mais fornece este apoio (84%). Wills, Blechman e McNamara (1996) reforçam que os tipos de apoio mais relevantes para os adolescentes são o emocional e o instrumental, sendo que este é o mais efectivo para reduzir os efeitos negativos de uma situação adversa. Por outro lado, o apoio técnico é o apoio menos oferecido pela rede (3,6%). Quando nos debruçamos sobre a reciprocidade, verificamos que o apoio mais retribuído pelas crianças/jovens

é, igualmente, o apoio emocional (61,9%). Este apoio é muito importante, pois a troca de apoio entre a pessoa focal e a pessoa significativa tende a desenvolver relações mais fortes e continuadas no tempo (Sousa, 2005 cit in M. Alarcão & L. Sousa, 2007).

Importa desde já referir que é pouca a investigação que se centra na percepção que as crianças e jovens têm das relações com os irmãos (Connor, 2005).

Da análise das entrevistas, foi possível verificar que algumas crianças desconhecem o motivo de os irmãos estarem noutra contexto, seja na família biológica ou em família adoptiva. Isto não parece estranho uma vez que já Washington (2007) referiu que as crianças quando são retiradas do contexto familiar, não recebem justificações por parte dos adultos para essa separação.

As crianças/jovens tendem, na sua maioria, a referir os irmãos como uma fonte significativa de apoio. De facto, este resultado vai de encontro à ideia proposta por Shlonsky, Bellamy, Elkins & Ashare (2005) em que as relações entre irmãos desempenham um papel preponderante, em que a relação entre estes pode realçar-se em contexto de maus-tratos e de acolhimento. Mais do que isso, a maioria das crianças/jovens quando referiam a importância da presença dos irmãos, faziam alusão ao sentimento de pertença familiar. Este resultado é corroborado pela ideia de James, Monn, Palinkas & Leslie (2008) que referem que os irmãos têm um papel crucial para as crianças em acolhimento, nomeadamente, para a manutenção do sentido de continuidade familiar. Também, Tarren-Sweeny & Hazell (2005) referem as crianças depositam confiança nos irmãos enquanto fonte de apoio no momento de acolhimento.

De facto, as crianças/jovens tendem a fazer uma apreciação positiva dos irmãos conjugada com uma ligação segura entre eles. Este dado é importante no sentido em que Sanders (2004) confirma que para muitas crianças o relacionamento entre irmãos pode promover a resiliência e diminuir o impacto de circunstâncias adversas, como pode ser o caso do acolhimento residencial.

A partir do discurso das crianças/jovens foi possível verificar que a presença dos irmãos na instituição fornece um suporte natural e sentido de estabilidade e pertença. Neste sentido, também Shlonsky, Bellamy, Elkins & Ashare (2005), que a presença prolongada de irmãos pode ser fundamental para a manutenção do sentido de segurança.

Por outro lado, Linares, Li, Shrout, Brody & Pettit (2007) reforçam que pouco se sabe sobre os aspectos/características das relações fraternas que podem ser alterados com a institucionalização. No estudo presente, foi possível verificar que a alteração da relação com os irmãos pode ser justificada pela perda de proximidade, associada à perda de contacto com os irmãos, ou pelo aprofundamento dos laços, em que os irmãos se tornam mais íntimos e próximos.

Por fim, as crianças/jovens realçam o desejo de estar com os irmãos, uma vez que estes lhes oferecem grande apoio emocional associado a um sentimento de pertença familiar. Este resultado confirma a ideia de James et al (2008) que refere a importância dos irmãos para as crianças em acolhimento, nomeadamente para a manutenção do sentido de continuidade familiar.

De facto, James et al (2008) referem que as políticas de acolhimento têm vindo a valorizar

cada vez mais a preservação das relações fraternas em acolhimento, o que se revela, inevitavelmente, favorável, atendendo ao discurso das crianças/jovens inquiridos, uma vez que na sua maioria destacam o papel preponderante dos irmãos no seu processo de acolhimento.

Conclusão

Este estudo reforça a importância que as crianças/jovens atribuem aos irmãos. De forma genérica, os irmãos são sempre referidos como uma fonte de apoio e suporte importantes, tendo um papel facilitador no processo de acolhimento residencial.

Um outro dado interessante centra-se no número reduzido de elementos que comporta as redes sociais pessoais desta amostra, o que pode revelar uma fragilidade ao nível das estratégias utilizadas para fomentar os relacionamentos destas crianças/jovens.

Mais, é necessário dar destaque ao quadrante dos *vizinhos*, uma vez que este foi o único, que não apresentou elementos.

Salienta-se, assim, a importância de um novo “olhar” sobre as políticas de acolhimento, com particular relevância para o acolhimento conjunto de fratrias, uma vez que estas se revelam uma fonte de apoio tão significativo.

Espera-se com o presente estudo contribuir para uma visão mais crítica da realidade dos regimes de acolhimento. Mais do que isso, gostaríamos de acreditar que com este estudo podemos despertar o interesse para novas investigações na área do acolhimento conjunto de fratrias, dando particular interesse à percepção das crianças/jovens sobre o mesmo.

Uma das principais limitações deste estudo prende-se com o tamanho reduzido da amostra. Ainda, o facto de o grupo de crianças/jovens com irmãos no mesmo lar ser superior ao número de crianças/jovens sem irmãos no mesmo lar.

Num estudo com uma amostra maior, seria pertinente dar “a palavra” a crianças e jovens que têm irmãos em regime de acolhimento. Neste sentido, e “saindo fora” da instituição, poder-se-ia conhecer o ponto de vista e, mesmo, a percepção dos destes em relação à situação de acolhimento dos irmãos.

É de referir, ainda, a importância do investimento em cursos de formação para os técnicos que diariamente acompanham estas crianças e jovens, no sentido de se proporcionar uma melhoria das condições de atendimento a esta população, sabendo que a satisfação profissional está relacionada com a qualidade do trabalho desempenhado.

Pensamos que a mais valia deste estudo se associa ao poder “dar voz a estas crianças e jovens” que tantas vezes são silenciadas.

Bibliografia

Adler, A. (1984). *Conocimiento del hombre* (7a. ed.). Madrid: Editorial Espasa-Calpe. (Originalmente publicado em 1926).

Alarcão, M. & Sousa, L. (2006). Rede social pessoal: do conceito à avaliação. *Psychologica*, (accepted).

Alarcão, M. & Sousa, L. (2007). Quem apoia os imigrantes de Leste em Portugal? Um estudo exploratório das suas redes sociais pessoais. *Psychologica*.

Almodovar, J. (1986). Construction et économie des liens fraternels. *Le Groupe Familial*, 111 (4), 2-8.

Arpini, D. (2003). *Violência e exclusão: adolescência em grupos populares*. São Paulo, Brasil: EDUSC.

Arranz Freijo, E. (1989). *Psicología de las relaciones fraternas*. Barcelona: Editorial Herder

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Barnes, J. (1954). Class and committees in a Norwegian Island parish. *Human Relations*, 7, 39-58.

Barnes, J. (1972). *Social networks*. Boston: Addison Wesley.

Bazon, M. & Biasoli-Alves, Z. (2000). A transformação de monitores em educadores: uma questão de desenvolvimento. *Psicologia: Reflexão & Crítica*, 13, 199-204.

Begun, A.L. (1995). Sibling relationships and foster care placements for young children. *Early Child Development & Care*, 106, 237-250.

Bott, E. (1957). *Family and social network*. London: Tavistock.

Brito, R. & Koller, S. (1999). Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo. In M. Carvalho (Ed.), *O mundo social da criança: Natureza e cultura em ação* (pp. 115-129). São Paulo, Brasil: Casa do Psicólogo.

Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano*. Porto Alegre, Brasil: Artes Médicas. (Original publicado em 1979).

Buhrmester, D., & Furman, W. (1990). Perceptions of sibling relationships during middle childhood and adolescence. *Child Development, 61*, 1387-1398.

Connor, S. (2005). *Information Packet: Siblings in Out-of-Home Care* [On-line]. Retirado em 15 de Setembro de 2011 de http://www.hunter.cuny.edu/socwork/nrcfcpp/downloads/information_packets/siblings.pdf

Dahlberg, G., Moss, P., & Pence, A. (1999). *Beyond Quality in Early Childhood Education and Care: Postmodern Perspectives*. London: Falmer Press.

Dunn, J., Slomkowski, C., Beardsall, L., & Rende, R. (1994). Adjustment in middle childhood and early adolescence: Links with earlier and contemporary sibling relationships. *Journal of Child Psychology and Psychiatry, 35*, 491-504.

Fernandes, O., Alarcão, M., Raposo, J. (2007). *Posição na fratria e personalidade*. Estudos de psicologia. Campinas, 24(3), 297-304.

Frank, N. (2000). Helping families support siblings. In P. J. Beckman (Ed.), *Strategies for working with families of young children with disabilities* (pp. 169-188). Baltimore, MD: Paul Brookes.

Furman, W. & Buhrmester (1985). Children's Perceptions of the Qualities of Sibling Relationships. *Child Development, 56*, 448-461.

Guay, J. (s/d). *L' intervenant professionnel face à l'aide naturelle*. Québec: Caetan Editeur.

Guédon, Marie-Chantal (1984). Les réseaux sociaux, in Brodeur, Claude e Rousseau, Richard (1984). *L' intervention de réseaux – une pratique nouvelle*. Montréal: éditions France- Amérique.

Hegar, R. (2005). Sibling placement in foster care and adoption: An overview of international research. *Children and Youth Services Review, 27*, 717-739.

Herrera, C., & Dunn, J. (1997). Early experiences with family conflict: Implications for arguments with a close friend. *Developmental Psychology, 33*, 869-881.

Hindle, D. (2000). Assessing Children's Perspectives on Sibling Placements in Foster or Adoptive Homes. *Clinical Child Psychology and Psychiatry, 5*, 613-625.

James, S., Monn, A., Palinkas, L. & Leslie, L. (2008). Maintaining sibling relationships for children in foster adoptive placements. *Child and Youth Services Review*, 30, 90-106.

Kang, H. (2002). Sibling Relationship in Out-of-Home: Literature Review.

Kosonen, M. (1996). Maintaining sibling relationships. Neglected dimension in child care practice. *British Journal of Social Work*. 26, 809-822.

Lacroix, Jean-Luc (1990). *L'individu, sa famille et son réseau: les thérapies familiales systémiques*. Paris: ESF.

Leathers, S. (2005). Separation from siblings: Associations with placement adaptation and outcomes among adolescents in long-term foster care. *Children and Youth Services Review*, 27 (7), 793-819.

Linares, L., Li, M., ShROUT, P., Brody, G. & Pettit, G. (2007). Placement Shift, Sibling Relationship Quality, and Outcomes in Foster Care: A Controlled Study. *Journal of Family Psychology*, 21(4), 736-743.

Maschmeier, C. (2001). The sisters and brothers together project. Warren, OH: Northeast Ohio Adoption Services. Includes Appendix B, Sibling Decision Making Matrix. Available from the Child Welfare Information Gateway Library, CD-36775: www.childwelfare.gov

Newman, J. (1994). Conflict and friendship in sibling relationships: A review. *Child Study Journal*, 24 (2), 119-148.

O'Connor, T. G., Rutter, M., Beckett, C., Keaveney, L., Kreppner, J. M., & The English and Romanian Adoptees (ERA) Study Team (2000). The effects of global severe privation on cognitive competence extension and longitudinal follow-up. *Child Development*, 71(2), 376-390.

Ptacek, T. (1996). The role of attachment in perceived support and the stress and coping process. In G. Pierce, R. Sarason & G. Sarason (Eds.), *Handbook of social support and family* (pp. 495-520). New York, USA: Plenum Press.

Rizzini, I & Rizzini, I. (2004). *A institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil*. Rio de Janeiro, Brasil: Loyola Brasil

Sanders, R. (2004). *Sibling relationships: Theory and issues for practice*. Hampshire, England: Palgrave Macmillan.

- Shlonsky, A., Bellamy, J., Elkins, J. & Ashare, C. (2005). The other kin: Setting the course for research. Policy, and practice with siblings in foster care. *Children and Youth Services Review*, 27, 697-716.
- Silva, R. (2004). *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: Ipea.
- Sluzki, C. (1996). *La red social: frontera de la practica sistematica*. Gedisa: Barcelona.
- Staff, I. & Fein, E. (1992). Together or Separate: A study of Siblings in Foster Care. *Child Welfare*, 71(3), 257-270.
- Stoneman, Z. & Brody, G. (1993). Siblings temperaments, conflict, warmth and role asymmetry. *Child Development*, 64(6), 1786-1800.
- Stormshak, E. A., Bellanti, C. J., Bierman, K. L. & Conduct Problems Prevention Research Group. (1996). The quality of sibling relationships and the development of social competence and behavioral control in aggressive children. *Developmental Psychology*, 32, 79-89.
- Tarren-Sweeny, M. & Hazell, P. (2005). The mental health and socialization of siblings in care. *Child and Youth Services Review*, 17, 821-843.
- Tolsdorf, C. (1976). Social networks, support and coping. *Family Process*, 15, 407- 417.
- Tucker, Corinna Jenkins, McHale, Susan M, Crouter, Anne C (2003), "Dimensions of mothers' and fathers' differential treatment of siblings: Links with adolescents' sex-typed personal qualities" in *Family Relations*, Vol. 52, I
- Turnbull, A. P., & Turnbull, H. R. (2001). *Families, professionals and exceptionality: Collaboration for empowerment* (4th. ed.). Upper Saddle River, NJ: Merrill.
- Vala, J. (1986). A análise de conteúdo. In A. Santos Silva, & J. Madureira Pinto (Orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento.
- Volling, B., & Blandon, A. (2003). *Positive Indicators of Sibling Relationship Quality: Psychometric Analyses of The Sibling Inventory of Behavior (SIB)*. University of Michigan

Washington, K. (2007). Research Review: Sibling placement in foster care: a review of the evidence. *Child & Family Social Work*, 12 (4), 426-433.

Werner, E. E. (1990). Protective factors and individual resilience. In E. J. Meisels & S. J. Shonkoff (Eds.), *Handbook of early childhood intervention* (pp. 97-116). New York, NY: Cambridge University Press.

Whelan, D. (2003). Using attachment theory when placing siblings in foster care. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 20(1), 21-36.

Widmer, Éric (1999), *Les relations fraternelles des adolescents*, Paris, Presses Universitaires de France.

Widmer, E. D., & Weiss, C. C. (2000). Do older siblings make a difference? The effects of older sibling support and older sibling adjustment on the adjustment of socially disadvantaged adolescents. *Journal of Research on Adolescence*, 10, 1-27.

Wills, T., Blechman, E. & McNamara, G. (1996). Family support, coping and competence. In M. Hetherington & E. Blechman (Eds.), *Stress, coping and resiliency in children and families* (pp. 107-133). New Jersey, USA: Lawrence Erlbaum.

Yunes, M., Miranda, T. & Cuello, S. (2004). Um olhar ecológico para os riscos e oportunidades de desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados. In S. Koller (Ed.), *Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenções no Brasil* (pp. 197-218). São Paulo, Brasil: Casa do Psicólogo.

Zeanah, H. C., Nelson, C. A., Fox, N. A. Smyke, A. T., Marshall, P., Parker, S. W. & Koga, S. (2003). Designing research to study the effects of institutionalization on brain and behavioral development: The Bucharest Early Intervention Project. *Em: Development and Psychopathology* 15: 885-907.

Ziehe, T. (1989) *Cultural Analysis: Youngsters, Education and Modernity*. Stockholm: Norstedts Forlag.